REQUERIMENTO Nº

DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública para discutir fraudes no auxílio emergencial.

Senhor Presidente.

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, as seguintes pessoas:

- Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), o sr. Wagner Rosário;
- 2. Representante da Procuradoria Geral da União;
- 3. Representante da Polícia Federal;
- 4. Representante da Advocacia Geral da União (AGU).

<u>JUSTIFICAÇÃO</u>

A pandemia decorrente do Covid-19 tem exigido atuação célere e emergencial de todos os países, com o objetivo de socorrer e amparar suas respectivas populações. No Brasil não tem sido diferente, a crise sanitária tem sido combatida de diferentes formas e estratégias.

Segundo dados fornecidos pelo Siga Brasi¹, Painel sobre o Orçamento da União, gerenciado pelo Senado Federal, os 3 maiores gastos na contenção da pandemia, em 2020, foram, respectivamente:

- 1. Auxílio Emergencial R\$ 242,39 bilhões;
- Auxílio financeiro aos estados, DF e municípios R\$ 66,28 bilhões;
- 3. Auxílio emergencial residual R\$ 65,05 bilhões.

SENADO FEDERAL. **SIGA Brasil Painel Cidadão.** Brasília. Disponível em http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw &host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral, Acesso em: 25 mar. 2021.



Percebe-se que os itens 1 e 3 se referem a gastos com o auxílio emergencial, totalizando mais de R\$ 307 bilhões para o mesmo fim, ou seja, cerca de 55% de todos os gastos com a pandemia em 2020, que foi de R\$ 554,96 bilhões. Dessa forma, não resta dúvida qual foi a maior e mais expressiva medida de combate a pandemia.

O auxílio emergencial representa um benefício financeiro para socorrer os trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados durante o período de enfrentamento à crise crise sanitária². Grande parte dos grupos mencionados viram seus rendimentos desaparecerem por conta das medidas de restrição e distanciamento social.

Por um lado, o auxílio garantiu a subsistência de milhões de famílias, visto que mais de 67,9 milhões de pessoas receberam o benefício, segundo levantamento do Ministério da Cidadania³. Não faltam relatos para demonstrar a importância e necessidade da medida, como é o caso do sr. Josielson Cardoso⁴, que, após o encerramento do auxílio, sobrevive de doações e favores de familiares e amigos.

Por outro lado, é crescente o número de denúncias e fraudes contra o benefício, conforme expôs o Sr. Wagner Rosário, atual Controlador Geral da União, ao afirmar que o prejuízo pode ser de até 4 bilhões de reais com pagamentos indevidos⁵.

Nesse sentido, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica n°1, de 20206, entre a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério da

⁶ MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Acordo de cooperação técnica N°1/2020. Brasília, 13 abr. 2020. Disponível



² CAIXA. **Auxílio emergencial.** Disponível em:

https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX. Acesso em: 25 mar. 2021.

³ EXTRA. **Maioria dos que receberam o auxílio emergencial em 2020 tinha de 18 a 34 anos.** 09 mar. 2021. Disponível em:

https://extra.globo.com/economia/maioria-dos-que-receberam-auxilio-emergencial-em-2020-tinha-de-18-34 -anos-rv1-1-24916162.html. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁴BBC NEWS BRASIL. **Auxílio emergencial 'Sem doações, meus filhos passariam fome': o fim do benefício na cidade brasileira com mais dependentes do recurso.** 23 jan. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55678841. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁵ CORREIO BRAZILIENSE. **CGU** estima perda de até R% 4 bilhões por fraudes no auxílio emergencial. Brasília, 20 ago. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/08/4869946-cgu-estima-perda-de-ate-r--4-bilhoes-p or-fraudes-no-auxilio-emergencial.html. Acesso em: 26 mar. 2021.

Cidadania, com o objetivo de compartilhar a base de dados das instituições para que seja possível o devido monitoramento e fiscalização do pagamento do auxílio.

Dentre os tipos de fraude mais frequentes está o pagamento do auxílio para agentes públicos, o que é vedado por lei. Estima-se que mais de 680 mil servidores federais, estaduais e municipais foram aprovados para receber o auxílio. Visando combater essas e outras irregularidades, diversas investigações foram iniciadas em todo o país, como é o caso do Amazonas, onde uma parceria entre a CGU, Secretaria de Segurança Pública e Polícia Civil do estado identificaram mais de 500 nomes irregularidades⁷. Não foi diferente em Minas Gerais, Bahia, Tocantins e Paraíba, onde a Polícia Federal realizou centenas de mandados⁸.

Em meio a este cenário, de grave ataque aos cofres públicos, é necessário convidar autoridades competentes para trazer os devidos esclarecimentos sobre as fraudes no auxílio emergencial, especialmente nos valores de prejuízo, e as medidas que estão sendo realizadas para fiscalizar, achar os infratores e reparar os danos já existentes.

Nesse sentido, levando em consideração as competências fiscalizatórias desta Comissão e gravidade dos acontecimentos relatados, peço a aprovação deste Requerimento de Audiência Pública, a fim de debater o tema no âmbito deste Colegiado.

Sala da Comissão, de de 2021.

Dep. Aureo Ribeiro

 $https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/04/cgu-e-cidadania-firmam-acordo-para-monitorar-pagamento-do-auxilio-emergencial/ACTMCIDCGUAuxlioEmergencial.pdf.\ Acesso\ em:\ 26\ mar.\ 2021.$

https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/02/operacao-policial-combate-fraudes-no-auxilio-emergencial. Acesso em: 26 mar. 2021.



GOVERNO FEDERAL. **CGU colabora com investigações de fraude no Auxílio Emergencial no Amazonas.** 06 jun. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-colabora-com-investigacoes-de-fraude-no-auxi lio-emergencial-no-amazonas. Acesso em: 26 mar. 2021.

⁸ GOVERNO FEDERAL. Operações policial combate fraudes no Auxílio Emergencial. 18 fev. 2021. Disponível